

Consenso no texto do acordo em princípio "é um novo e importante passo adiante"

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

A renegociação da dívida externa de cerca de US\$ 40 bilhões do País com o comitê assessor de bancos registrou "um novo e importante passo adiante", afirmou ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em breve entrevista coletiva. Ele não deu detalhes.

Em entrevista a este jornal, porém, o ministro confirmou que uma das razões para sua declaração está no consenso sobre o texto do acordo em princípio. Em vez de descrever duas posições diferentes, uma com o acordo que o Brasil quer, outra com o acordo que os bancos querem, como parecia inevitável na semana passada, o texto agora só descreve um acordo.

No texto não existe mais uma fórmula, como queria o Brasil — que se dispunha a dar um dólar por cada dólar que as outras quatro fontes (os bancos via opção de dinheiro novo, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) colocassem no acordo. Fica estabelecido que o montante de garantias necessárias para formalizar o acordo custará US\$ 3,2 bilhões, como queriam os bancos. Mas o Brasil só se compromete a

comparecer com a metade desse valor.

Em troca, o governo brasileiro concordou em não escrever formalmente no acordo, em princípio, o limite de 80% de conversão da dívida antiga nos dois instrumentos com garantia total, Discount e Par Bonds (bônus par e de desconto). Também não há referência ao limite máximo de 40% (ou seja, a metade) desse total para opção pelo mais caro dos dois papéis, o Par Bond. O texto do acordo em princípio deixa, contudo, margem para que o Brasil estabeleça esses dois princípios, caso não sejam seguidos pelos bancos em suas escolhas no cardápio do Plano Brady para o País. Os dois limites ficam informalmente estabelecidos e a margem de controle brasileira é dada pela disposição que prevê "uma escolha balanceada" (ou equilibrada) entre os instrumentos, a critério do País.

Marcílio mantém sua previsão de que o acordo estará concluído até o final deste mês, "ou no máximo até o começo de julho". Mas respondeu negativamente quando lhe perguntaram se poderia ser anunciado ainda durante sua atual visita aos EUA. "Creio que não, porque existe toda aquela discussão sobre os aspectos legais", explicou.